

Empresas privadas são o destaque

BRASÍLIA — O setor privado tem sido o grande responsável pelo aumento do endividamento externo. De 1991 para cá, o total da dívida de médio e longo prazos das empresas com o exterior passou de US\$ 10,8 bilhões para R\$ 34,2 bilhões, um salto de 216%. Também é no setor privado que se concentram os recursos externos de curto prazo, calculados em US\$ 40 bilhões. Neste ano, o Brasil vai pagar cerca de US\$ 25,4 bilhões aos credores externos entre juros e amortização do principal, mas a dívida deve aumentar em, pelo menos, US\$ 18 bilhões.

Como dívida externa de curto prazo, os técnicos do Banco Central contabilizam apenas os financiamentos à importação e à exportação, de US\$ 29,3 bilhões até março deste ano. Esta dívida — de no máximo 360 dias — é garantida pelo valor das mercadorias que estão sendo negociadas. De acordo com o chefe do Departamento de Capitais Estrangeiros do BC, Márcio Cartier, isto significa que esses pagamentos estariam garantidos mesmo se a conjuntura internacional se modificasse.

Neste ano, os investimentos diretos em empresas brasileiras estão batendo todos os recordes e acumulam quase US\$ 5 bilhões líquidos (entradas menos saídas) até julho. As bolsas receberam outros R\$ 2,6 bilhões, mantendo praticamente os mesmos níveis do ano passado. Os fundos de renda fixa receberam apenas US\$ 321 milhões.

CC5 — O estoque das aplicações em ações e fundos, porém, é desconhecido. Segundo o chefe do Departamento Econômico do BC, Altamir Lopes, há estimativas que apontam para um total de US\$ 17 bilhões em aplicações de estrangeiros nas bolsas. Altamir explica que, parte do dinheiro que vai para os fundos, entra no país através das contas de não-residentes, chamadas de CC5. Entre 1994 e 1995, quase US\$ 5,8 bilhões ingressaram no país via CC5.

Com a dívida de curto prazo, a

dívida externa total passa a ser de quase US\$ 160 bilhões. Os técnicos do BC lembram, porém, que, deste total, é preciso diminuir as reservas internacionais — de US\$ 51,8 bilhões no final de 1995 — os dólares dos bancos — outros US\$ 8,8 bilhões — e os créditos do Brasil no exterior, cerca de US\$ 2 bilhões. Com isso, a dívida líquida cai para US\$ 97,4 bilhões. “Realmente a dívida líquida não cresceu muito. Esse é um dado positivo”, concorda o economista Paulo Nogueira Batista Jr.

É com base nesses números que os técnicos prevêem que o Brasil não terá dificuldades em financiar seu déficit em conta corrente no balanço de pagamentos, que compreende o saldo da balança comercial, remessas de serviços e transferências unilaterais de recursos. Altamir Lopes afirma que, mesmo com um déficit na balança comercial superior a US\$ 2 bilhões — hipótese com a qual ele não concorda — o déficit seria inferior a 3% do Produto Interno Bruto (PIB). Desde a crise cambial do México, em 1994, este é o teto considerado aceitável para países em desenvolvimento.

Especulativo — A tendência de entrada de capitais externos continua ascendente e as exportações crescem, embora em ritmo menos acelerado do que acontecia no início do ano. Márcio Cartier lembra que, mesmo os chamados capitais voláteis — dinheiro especulativo que entra só para realizar lucro em bolsas ou títulos do mercado aberto — não sairão do Brasil com facilidade. “A maior parte desses recursos está em bolsa e só pode sair rapidamente se houver prejuízos”, avalia.

O economista Luiz Gonzaga Belluzzo contesta. Segundo ele, a questão não é definir quanto das reservas é formado por capitais voláteis, mas sim, o “poder de fogo” dos detentores de capitais que podem buscar refúgio em outra moeda, caso se sintam ameaçados. “É preciso saber o poder desse movimento especulativo, que forçaria um aumento na taxa de juros e a desvalorização cambial. Ou seja, qual o poder que eles têm em acabar com o Real”, avisa Belluzzo. (M.L.A.e S.M.)